Nobres Colegas do “mundo das leis”

Estamos prestes a completar um ano de esforço concentrado no caminho da virtualização do sistema judicial.

Humildemente peço, neste momento, licença para um olhar sobre o passado e os dias que se avizinham. Para uma breve prestação de contas.

O “DATA CENTER” DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

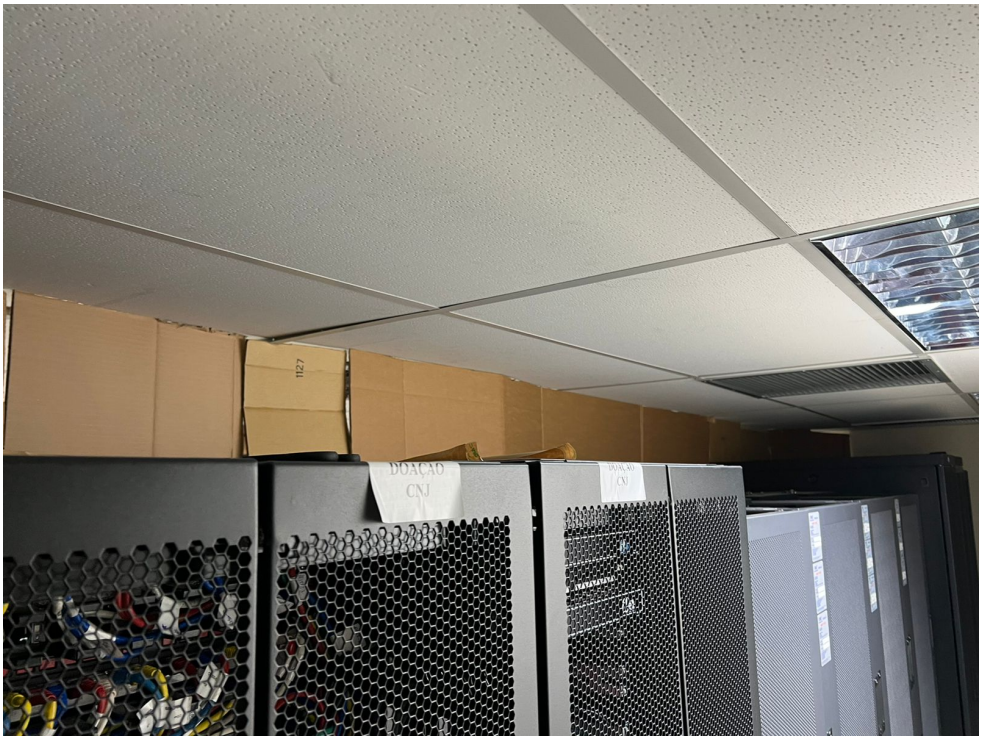
O “data center”, o “computador central” do Tribunal de Justiça é velho. Estamos a falar de equipamentos em uso há aproximadamente uma década. O conjunto de processadores já começa a perder desempenho. Os equipamentos de comunicação já não atendem a contento. Os discos rígidos falham com frequência cada vez maior - e daí algumas das “flutuações" experimentadas pelo PJe.

Realço: grande parte dos problemas enfrentados no uso do PJe tem sua origem nas limitações desta estrutura já tão desgastada, que deveria ter sido substituída há anos.

Além de extremamente velho o “data center” do Tribunal de Justiça funciona em ambiente precário, refrigerado com o auxílio de "tubulações" e “paredes de contenção” feitas a partir de caixas de papelão usadas.

Imagens falam mais que palavras. Seguem, assim, algumas fotografias do “data center” do Tribunal de Justiça.

Inicio pela “tubulação" responsável pela condução de ar frio, integralmente construída com - repito - embalagens de papelão usadas.



Prossigo com a “parede" de contenção de ar frio, igualmente “fabricada" com pedaços de papelão usado.

Encerro com os armários contendo equipamentos os mais sensíveis - e que aquecem fortemente com o uso - protegidos do calor com o auxílio de “vedações" feitas de papelão usado.

Os obstáculos que conduziram a tal estado de coisas foram muitos - mas o que nos importa é a solução do problema.

Substituir todo o “data center” seria extremamente lento e custoso, algo estimado na casa das dezenas de milhões de Reais. E que fugiria ao recomendado na atualidade: o uso da denominada “nuvem”.

Como o tempo urgia, diante dos prazos exíguos fixados pelo Conselho Nacional de Justiça, optamos por “dar um passo de fé”. Iniciamos os processos de ampliação do PJe e digitalização de uma massa próxima a 800.000 processos confiando neste “data center”.

Paralelamente, ao longo deste ano, iniciamos as tratativas para levarmos nosso acervo rumo à “nuvem” - mas também este procedimento, por conta da burocracia, consome um certo tempo. Um tempo que nos é escasso.

Recebemos, então, do Conselho Nacional de Justiça, inestimável ajuda: o uso temporário de um contrato com a empresa Amazon, cuja “nuvem" é reputada uma das melhores do mundo, enquanto realizamos as etapas do procedimento licitatório.

Anunciamos, assim, não sem alívio no coração, que técnicos da Amazon e do Conselho Nacional de Justiça já trabalham com a equipe do Tribunal de Justiça no processo de “subida" do PJe. Inclusive, a fase de testes já começou. Acreditamos que durante o recesso de final de ano será realizada a mudança de plataforma, com imensos ganhos em desempenho e confiabilidade.

Paralelamente, já foi iniciado o procedimento de contratação definitiva do serviço de “nuvem”, conforme inclusive acertado com o Conselho Nacional de Justiça.

Prenuncia-se, assim, já para o início de 2023, um cenário substancialmente melhor.

E A ADVOCACIA?

Nesta fase derradeira preocupa-nos sobremaneira a estabilidade do sistema em um período de final de ano. E assim porque:

1º - dada a rápida expansão do sistema em 1º e 2º graus o volume de processos tramitando pelo PJe já corresponde a quase 50% do movimento processual, algo próximo a 700.000 deles;

2º - o volume de processos digitalizados aumenta em ritmo geométrico, já tendo ultrapassado a marca de 80.000 deles; e,

3º - ao longo do ano foi atualizado o PJe, que estava 14 versões defasado, com todos os reflexos sobre o sistema atualmente em uso - e não por acaso ainda não logrou-se a estabilização do sistema como um todo.

Assim, a pedido da Ordem dos Advogados do Brasil, estamos implementando um mecanismo de “gatilho" a partir do qual, diante de grave instabilidade do sistema, automaticamente será solicitada ao Presidente do Tribunal de Justiça a suspensão de prazos naquele dia.

Referido mecanismo evitará danos maiores à Advocacia nesta fase final de transferência do sistema - e será acompanhado de perto pela representação da Ordem dos Advogados do Brasil junto à Secretaria de Tecnologia da Informação.

O SERVIÇO “SOS ALVARÁ”

De forma a evitar danos para partes e advogados, máxime às vésperas do recesso, estamos criando o serviço “SOS Alvará”, destinado a intervir naqueles casos em que a emissão de alvarás judiciais esteja experimentando falhas relacionadas ao PJe.

Trata-se de um grupo composto por servidores da área técnica do Tribunal de Justiça, do Banestes e pela representação da OAB junto à Secretaria de Tecnologia da Informação.

Este serviço pode ser acionado através do e-mail sosalvara@tjes.jus.br.

OS CASOS DE URGÊNCIA

Aqui, nos referimos especificamente aos processos de natureza cível que tramitam pelo Forum de Vitória.

Às vésperas da mudança de sede e em meio aos procedimentos de digitalização e inserção no PJe, tem sido grande o movimento de processos. Acontecerá de, em algum momento, surgir a necessidade de consulta urgente aos autos.

Temos buscando, em conjunto com a Diretoria do Forum de Vitória, prevenir problemas. Assim, tão logo digitalizados, os autos retornam às suas posições originais dos cartórios, facilitando a localização em caso de necessidade.

Caso haja, porém, urgência envolvendo processos que estejam sendo digitalizados, solicitamos que seja acionada a estrutura montada pelo Juiz de Direito Rodrigo Cardoso Miranda na Diretoria do Forum (e-mail urgenciadigitalizacao@tjes.jus.br). A meta é, em no máximo 48 horas, disponibilizar os autos que estejam sendo digitalizados.

A SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Temos, conforme oficialmente reconhecido pelo Conselho Nacional de Justiça, a pior Secretaria de Tecnologia da Informação de todo o Brasil em termos de recursos humanos e estrutura. Sim, não há uma única Unidade da Federação que seja pior.

Aos números: deveríamos ter, conforme o Conselho Nacional de Justiça estabelece, 151 servidores. Temos, porém, apenas 45. Registro que quatro deles estão por sair em função de aprovação em concursos e ofertas de emprego com salários melhores.

Ajuda-nos uma massa de 22 servidores “emprestados" de setores outros - peço licença pela digressão, mas, conforme o dito popular, “cobrimos um santo deixando outro a descoberto”.

O pior: toda a equipe responsável pelo PJe - da implementação à manutenção, passando pelo suporte aos usuários - cabe em um, digamos, Fusca. Sim, são apenas cinco pessoas. Foi esta minúscula equipe que, ao longo do ano, atualizou versões, forneceu suporte, preparou novas funcionalidades etc.

Este quadro é absolutamente insustentável. Mudá-lo é dever dos mais urgentes.

Chegamos a dialogar sobre o tema no âmbito da Secretaria de Tecnologia da Informação. Esbarramos, porém, em um “achismo" possivelmente dissociado das necessidades do momento histórico e das peculiaridades do Espírito Santo. Queremos, afinal, levar ao Pleno do Tribunal de Justiça um projeto puramente técnico que nos alinhe com o restante do Brasil.

Anunciamos, assim, que há poucos dias foi contratada pelo Tribunal de Justiça uma empresa de consultoria especializada que, nos primeiros meses de 2023, deverá apresentar um projeto de reestruturação integral da Secretaria de Tecnologia de Informação a ser submetido ao Pleno do Tribunal de Justiça.

Temos, assim, sólidas razões para crer que ao longo de 2023 deixaremos o pouco honroso posto de pior Secretaria de Tecnologia da Informação de todo o Brasil - e teremos condições de melhorar o sistema como um todo.

A RENOVAÇÃO DAS IMPRESSORAS

Lidávamos com um parque de impressora velhas, adquiridas há aproximadamente uma década. Ao longo do ano foi contratado o fornecimento de 827 novos equipamentos. Destes, 849, ou 99%, já foram entregues.

Dos equipamentos entregues 786, ou 95%, já foram instalados.

Esperamos ter este processo concluído antes do recesso de final de ano.

A INSTALAÇÃO DE NOVOS COMPUTADORES

O Tribunal de Justiça encontrou 2022 ainda na era do “Windows 7”, instalado em computadores velhos, adquiridos há uma década. Esta realidade começou a ser mudada ainda na gestão do Desembargador Ronaldo Gonçalves de Souza, com a participação do Desembargador Fernando Estevam Bravin Ruy. Foi adquirido, assim, um primeiro lote de computadores novos.

Em seguida o Desembargador Fabio Clem de Oliveira ensejou a aquisição de equipamentos suficientes à renovação de todo o parque.

Registramos que a distribuição dos novos equipamentos começou pelo interior do Espírito Santo, buscando atenuar a situação das unidades em pior estado.

Assim, ao longo de uma primeira fase, foi distribuído e instalado um primeiro lote de 2.194 computadores por todas as Comarcas de 1º grau, à exceção de Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus e Grande Vitória. Ficaram para o final a Corregedoria Geral de Justiça e o Tribunal de Justiça.

Um segundo lote envolveu 3.000 computadores. Já foram entregues em Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus e Viana 528 deles, tendo sido instalados 88.

Há um terceiro lote, composto por 1.000 computadores, já com ordem de fornecimento emitida.

Confiamos, assim, que nos primeiros meses de 2023 será encerrada definitivamente a era do “Windows 7”.

O SUPORTE AOS USUÁRIOS

É de grande importância que todos os usuários respondam a pesquisa de satisfação apresentada ao final de cada atendimento. A empresa prestadora de serviço tem por obrigação atingir a meta de 90% de satisfação.

Segue o indicativo relativo aos últimos meses:

Abril - 59,93%
Maio - 92,14%
Junho - 88,06%
Julho - 90,86%
Agosto - 89,90%
Setembro - 89,30%
Outubro - 84,56%
Novembro (até dia 18) - 86,72%

Sobre os atendimentos decorrentes de instabilidades no PJe, que já alcançam cerca de 1.800, estamos, com o auxílio de técnicos do TJDFT e do CNJ, em processo de sistematização das

demandas e resolução dos problemas. Solicitamos paciência e compreensão, ao tempo em que reafirmamos nosso compromisso de que toda a assistência possível aos usuários será fornecida.

A MELHORIA DOS “LINKS" DE INTERNET

Ao longo de 2022 53 unidades judiciárias tiveram aumento de 300% na banda do “link" de Internet - e na instituição como um todo o aumento de velocidade situou-se em torno de 67%.

Esperamos que as velocidades alcançadas sejam ainda maiores com a ida do PJe para a “nuvem".

O PJE

Conforme acima referido, o PJe já responde, hoje, por cerca de 50% do movimento processual.

No início de 2022 estávamos 14 versões em atraso.

Graças a um incrível espírito de sacrifício da reduzida equipe por ele responsável logrou-se, ao longo do ano, a atualização para a última versão e a adesão à Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ) - estamos, aliás, dentre os primeiros do Brasil a cumprir este objetivo dentro do prazo definido pelo Conselho Nacional de Justiça.

Hoje o PJe já abrange praticamente a integralidade dos juizados cíveis e todo o Tribunal de Justiça.

Cumpridos estes procedimentos iniciou-se a fase de estabilização do sistema e sua preparação para a “nuvem”.

Trata-se de fase delicada, máxime se considerarmos - repito - que toda a equipe responsável cabe no interior de um Fusca.

Neste momento acaba de ser diagnosticado o conjunto de problemas por uma equipe do Conselho Nacional de Justiça. Nos próximos dias uma segunda equipe estará em Vitória para, juntamente com nossos técnicos e outros do TJDFT, prosseguir nos trabalhos.

Pedimos desculpas por eventuais transtornos. Solicitamos paciência e compreensão nesta fase final.

O PJE CRIMINAL

Temos tido máxima cautela na implementação do PJe Criminal.

Neste momento o sistema está em teste das comarcas de Mucurici e Apiacá - até aqui sem maiores sobressaltos.

De mãos dadas com o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Ordem dos Advogados do Brasil e a Secretaria de Estado de Segurança Pública temos buscado forçar o sistema ao máximo.

Está pendente a integração plena com as Delegacias de Polícia por conta de problemas verificados junto à estrutura da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social - que já estão sendo por ela enfrentados, registro.

Correndo tudo bem, expandiremos o PJe Criminal de forma gradual.

Justifico as mudanças no calendário divulgado com nossa intenção de lograr um avanço talvez menos rápido, porém estável e consistente.

O PROCESSO DE DIGITALIZAÇÃO

Há pouco mais de nove meses iniciávamos uma caminhada rumo à virtualização plena do acervo de processos. Previámos dificuldades e problemas, considerada a idade dos equipamentos disponíveis, a escassez de recursos humanos e a própria natureza do PJe.

Encontramos, porém, a mão amiga de diversas instituições. Convênios os mais diversos foram - e ainda estão sendo - firmados. Reeducandos, policiais militares, servidores e estagiários começaram a digitalizar processos mil. E assim foram dados os primeiros passos. Logo em seguida chegou uma robusta e altamente produtiva equipe composta por pessoas com deficiência física - que, e peço desculpas pela digressão, deu e está dando um “show".

Detectou-se, então, um primeiro “gargalo”: a inserção dos processos digitalizados no PJe mostrou-se muito mais lenta que o previsto. Foram organizados mutirões vários especialmente no Tribunal de Justiça, onde o problema mostrou-se mais agudo. Mas mesmo estes não estavam conseguindo vencer o desafio.

A solução veio pela tecnologia: o servidor Ronney Dutra desenvolveu um “robô”. Foram muitas semanas de testes e ajustes do sistema, cujo desempenho melhorou e melhora a cada dia.

Com a ajuda decisiva de estagiários cedidos pela OAB, CAAES, FDV e por diversos Municípios, trabalhando em conjunto com o “robô” e diversos servidores, conseguimos superar esta primeira barreira. Partimos para a multiplicação dos “robôs”.

Hoje já temos uns 120 deles trabalhando simultaneamente em uma moderna central.

Surgiu, então, uma segunda barreira: a da inserção dos “links" dos processos no PJe. Detectamos este problema quando da digitalização dos processos em tramitação pela 1ª Vara Cível de Vitória, há poucos dias.

A solução: um segundo “robô" trabalhando em conjunto com um mutirão.

Estamos, assim, com razoável nível de preparação para as ações de maior escala que começam a ser adotadas. Hoje a relação entre processos digitalizados e inseridos no PJe supera a marca de 80% - vale dizer, na prática quase que os dois procedimentos estão coordenados.

Já ultrapassamos a casa dos 80.000 processos digitalizados. Quase 400.000 volumes. Mais de um milhão de mídias. E aproximadamente 85 milhões de páginas. São números robustos que realçam a importância da participação de todos.

Houve, há e haverá erros. Processos terão sido digitalizados incorretamente aqui. Outros terão problemas de inserção lá. E alguns apresentarão comportamento inesperado acolá. Pedimos humildes e sentidas desculpas por estas falhas - que prejudicam de forma especialmente intensa partes e advogados.

Até que todos os processos digitalizados estejam tramitando normalmente pelo PJe houve, há e haverá atrasos. Eles nos entristecem. Por mais que tentemos reduzi-los são, para toda a nossa

equipe, uma derrota. Pedimos, também aqui, sentidas desculpas. E renovamos os pedidos de compreensão e solidariedade.

O próprio PJe apresentou, apresenta e apresentará seus “caprichos”. Temos recebido intensa e extensa ajuda do CNJ e do TJDFT, reconhecidamente as duas maiores autoridades no tema. Ainda assim experimentamos diversos imprevistos. Os colegas da STI, malgrado poucos, têm feito o possível para estabilizar definitivamente todo o sistema. Uma vez mais, pedimos desculpas pelos inconvenientes verificados.

Neste momento, diante do limiar da expansão do processo de digitalização, pedimos licença não apenas para lamentar nossas derrotas, mas igualmente para recordar os desafios vencidos e expressar nossa confiança em que, juntos, encontraremos brevemente uma realidade mais serena.

O FORUM CÍVEL DE VITÓRIA

Anunciamos que está sendo cumprido o compromisso firmado com o Juiz de Direito Rodrigo Cardoso Miranda, Diretor do Forum de Vitória: quando da mudança para o novo Forum Cível, prevista para dezembro, apenas serão levadas as impressoras, por serem novas.

Uma equipe da Secretaria de Tecnologia da Informação já está preparando a instalação de computadores novos. E a digitalização dos processos segue rigorosamente dentro do cronograma.

Assim, o novo Forum Cível de Vitória será, desde o primeiro momento, inteiramente digital.

Repetimos que os processos físicos permanecerão em suas localizações originais com vistas a facilitar o atendimento em casos de imprevisto. Vejamos em seguida o salutar exemplo da Vara de Recuperação Judicial, já inteiramente digitalizada:

O BID

Prenuncia-se para os primeiros meses do ano a apreciação pelo Ministério da Economia (COFIEX, ou Comissão de Financiamento Externo) da adesão a um programa de financiamento do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) em parceria com o Conselho Nacional de

Justiça. Serão US$ 43 milhões destinados a, ao longo de cinco anos, reposicionar o Tribunal de Justiça no grupo dos mais modernos do Brasil.

Uma equipe dedicada trabalha há meses na preparação de todos os documentos e termos de referência, sob a assistência direta de consultores do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Esperamos que as ações fruto deste financiamento comecem a acontecer no início do segundo semestre de 2023, com reflexo, repetimos, para os cinco anos seguintes.

MENSAGEM FINAL

Peço licença para, em meu nome e no de minha equipe, deixar aqui registrada uma mensagem final.

Ao longo deste ano de 2022 não fizemos nem pouco nem muito - realizamos apenas o que nos foi humanamente possível. Neste momento olhamos para o caminho percorrido com a certeza de que, consideradas nossas limitações humanas, não poderíamos ter feito mais.

O desafio era, como ainda é, imenso: em relativamente pouco tempo, a partir de uma estrutura física gravemente sucateada, com séria carência de recursos humanos, modernizar todo um sistema.

Há uma década, ao tempo em que presidia o Tribunal de Justiça, foi planejada uma implementação gradual. Diversos obstáculos, porém, internos e externos, inviabilizaram o alcançar deste objetivo - e nos levaram ao posto de pior Tribunal de Justiça do Brasil no quesito “tecnologia”.

Hoje, sendo inviável vencer tal desafio de forma espaçada, inclusive por conta de prazos impostos e cobrados pela Corregedoria Nacional de Justiça, saída não nos restou que a de enfrentá-lo de forma completa, a um só tempo.

Não é a estratégia ideal. Mas foi a única possível diante do quadro encontrado.

Deixamos, aqui, nosso sentido agradecimento a todos que tem nos dado a mão.

Registramos nosso sentimento de derrota a cada vez que um advogado não consegue impulsionar dado processo. Que um magistrado não logra assinar alguma decisão. Que um membro do Ministério Público não tem acesso a um processo no PJe. Que servidores não materializam o emitir de documentos. Que processos são adiados em sessões do Tribunal de Justiça por conta de problemas técnicos.

Em cada um desses momentos buscamos agir de forma imediata. Mas nossas limitações humanas, máxime diante da escassez de recursos humanos, superam as boas intenções.

Neste final de ano, e mesmo ao fim de uma primeira etapa do processo de modernização, deixamos profundo pedido de desculpas. Sequer um de nós comparece ao trabalho buscando fazer o pior - e muito pelo contrário. Mas o desafio proposto é realmente imenso - e acreditamos que este relatório fale por si próprio. Estamos, afinal, saindo de praticamente uma década sem melhorias nesta área, por conta de obstáculos internos e externos à instituição.

Não nos tem faltado a mão amiga e o sentimento de grandeza do nosso presidente Fabio Clem de Oliveira. Esteve, desde o primeiro momento, ao nosso lado nesta caminhada. Sem restrições. Sem limitações que não as impostas pela própria instituição.

Obrigado à Ordem dos Advogados do Brasil. Ao Ministério Público. À Defensoria Pública. Ao Poder Executivo como um todo. À Assembleia Legislativa. Aos Municípios que conosco firmaram termos de cooperação.

Nossa gratidão às reeducandas que de forma tão dedicada nos ajudaram e ajudam. Aos servidores aposentados que conosco cerraram fileiras. Aos estagiários. A cada servidor que

conosco tem caminhado. Aos sindicatos. Às associações. Aos magistrados que nos ajudaram e ajudam em suas Varas e Comarcas.

E aos Colegas do Tribunal de Justiça deixamos emocionado abraço pelo suporte, paciência e mesmo misericórdia!

Confiamos no honrar de todo este apoio generosamente dado. Que dentro em breve descortinar-se-á no horizonte a aurora de um novo tempo.

Pedimos licença para concluir esta com o hino do Espírito Santo, que bem traduz o atual estado de coisas:

Nossos braços são fracos, que importa?
Temos fé, temos crença a fartar!

Com todo o respeito e estima,

Vitória, 23 de novembro de 2022

Pedro Valls Feu Rosa e a equipe da Secretaria de Tecnologia da Informação